

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº DE 2023 (Do Sr. Gilvan da Federal)

Requer aprovação de Moção de Repúdio pela decisão da juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande - RS, Dra. Paula Cardoso Esteves quando revogou a prisão preventiva do réu Anderson Fernandes Lemos, sendo que o mesmo após abordagem policial no cumprimento de mandado de busca e apreensão, efetuou disparo com arma de fogo contra vários policiais, atingindo a policial Laline Almeida Larratea com intenção de matá-la, com isso causando lhe várias sequelas emocionais graves e físicas que a deixou incapacitada para o trabalho.

Senhor Presidente,

Requer nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, requeiro a aprovação de Moção de Repúdio pela decisão da juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande - RS, Dra. Paula Cardoso Esteves quando revogou a prisão preventiva do réu Anderson Fernandes Lemos, sendo que o mesmo após abordagem policial no cumprimento de mandado de busca e apreensão, efetuou disparos com arma de fogo contra vários policiais e atingindo a policial Laline Almeida Larratea com intenção de matá-la, com isso causando lhe várias sequelas emocionais graves e físicas que a deixou incapacitada para o trabalho. ¹

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/06/foi-um-claro-atentado-contra-a-vida-diz-delegada-de-rio-grande-sobre-ordem-de-juiza-para-soltar-reu-que-atirou-contra-policia-clj94bs9k00ed015625u7id54.html> / ¹

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilvan da Federal

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238992490100>



JUSTIFICATIVA

A referida magistrada considerou na sua sentença que não havia elementos suficientes para a manutenção da prisão, e que o réu não teve a intenção de matar os policiais. Caracterizando com Crime de Resistência e não de Tentativa de Homicídio.

Fato que em nota do Ministério Público do Rio Grande do Sul - RS se manifestou com surpresa pela decisão da magistrada.

“O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) recebeu com surpresa a decisão da Justiça de Rio Grande que desclassificou a denúncia e decidiu pela soltura de réu acusado de seis tentativas de homicídio durante operação policial realizada em abril de 2022.

O MPRS respeita tal decisão, porém, discorda veementemente por ter convicção de que houve dolo nas tentativas de homicídio, uma delas, deixando uma policial civil gravemente ferida na cabeça e com sequelas neurológicas que a mantém afastada do trabalho e trazem grande sofrimento a ela, família, amigos e colegas policiais.

“A insegurança gerada pela presente decisão, que coloca em risco não só os agentes da Segurança Pública como o próprio Sistema de Persecução Penal, é motivo de preocupação do MPRS”, afirma o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Tribunal do Júri, Marcelo Tubino.

Dessa forma, além de manifestar solidariedade aos policiais civis, o Ministério Público informa que já interpôs recurso para reformar essa decisão e levar o responsável ao Tribunal do Júri para que responda pelas seis tentativas de crime doloso contra a vida”.

Portanto Senhor Presidente, é lamentável fato dessa natureza, pois contribui para o aumento da criminalidade no nosso país, tendo em vista que criminosos fiquem a soltas e impunes dos seus crimes.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/06/foi-um-claro-atentado-contra-a-vida-diz-delegada-de-rio-grande-sobre-ordem-de-juiza-para-soltar-reu-que-atirou-contra-policia-clj94bs9k00ed015625u7id54.html> / ¹



Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Moção de Repúdio que ora se apresenta.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 2023.

**Deputado GILVAN DA FEDERAL
PL/ES**

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/06/foi-um-claro-atentado-contr-a-vida-diz-delegada-de-rio-grande-sobre-ordem-de-juiza-para-soltar-reu-que-atirou-contr-a-policia-clj94bs9k00ed015625u7id54.html> / 1

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilvan da Federal

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238992490100>

